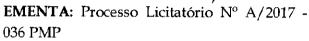


PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

PARECER CONTROLE INTERNO



1º Aditivo de PRAZO ao contrato Administrativo nº 20170198.

OBJETO: Adesão a ata de registro de preço Nº 002/2016/SECULT/PMM, oriunda do Pregão Presencial nº011/2016 da Prefeitura Municipal de Marabá – PA, visando registro de preço para eventual contratação de serviços e estrutura para realização de eventos (palcos, som, iluminação, tendas e outros), para atender eventos dos Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Parauapebas, Estado do Pará.

DA ANÁLISE DE CONTROLE INTERNO

Ressalvando-se os aspectos jurídicos, <u>tendo em vista que são analisados pela</u>

<u>Procuradoria Geral no Parecer Jurídico</u>, passemos à análise do presente processo no que tange <u>ao prazo</u>, <u>Justificativa fundamentada</u>, <u>rubricada e assinada pela Autoridade</u>

<u>Competente</u>, <u>bem como a indicação orçamentária e Habilitação da Contratada</u>.

Aportando esta Controladoria dos autos, cumpre observar que todos os trâmites processuais necessários entre Autoridade Competente e Comissão de Licitação foram seguidos, estando o processo protocolado e autuado.

De acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005, "Art. 1º Fica instituído o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, que por objeto a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral."

DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

 Consta nos autos Memorando nº. 0805/2017, às fls. 239, emitido pelo Secretário Municipal de Habitação, Srº. Cristhian Martins Miranda - Decreto 1966/2017, o qual intenciona realizar o 1º Aditivo de PRAZO (180) dias, ao contrato Administrativo nº 20170198;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

- Consta Indicação do Objeto do Recurso Informando que o objeto procedimento a ser realizado obedecerá a seguinte dotação orçamentária: Classificação Institucional: 2601, Atividade: 16.482.1204.2.140, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00, Sub Elemento: 3.3.90.39.14, fl. 241;
- 3. Consta nos autos Oficio nº. 029/2017, às fls. 242, emitido pela empresa G.M. FEITOSA & CIA LTDA ME, apresentando interesse no aditamento de PRAZO referente ao Contrato Administrativo nº 20170198;
- 4. Consta o Relatório do Fiscal do Contrato, emitido por ROBSON DOS SANTOS COSTA, destacando que "a necessidade deste aditivo de prazo de 180 dias, se dá uma vez que houve diminuição na execução do objeto contratual para atender o interesse da administração";
- 5. Consta nos autos Portaria nº. 040/2017, designando o servidor, Srº. ROBSON DOS SANTOS COSTA, Fiscal do mencionado contrato nº 20170198;
- 6. A empresa G.M. FEITOSA & CIA LTDA ME, anexou cópias dos seguintes documentos: Declaração da empresa destacando que não emprega menor, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União, Certidão Negativa de Natureza Não Tributária, Certidão Negativa de Natureza Tributária, Certidão Negativa de Débitos Gerais, Divida ativa e Tributos Municipais, Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Certidão Judicial Cível Negativa;
- 7. Foi formalizada a designação da comissão de licitação e da equipe de apoio, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, III, nomeando através do decreto 070, de 03 de Janeiro de 2017:
 - I. Léo Magno Moraes Cordeiro Presidente
 - II. Nathália Lourenço R. Pontes Membro
 - III. Midiane Alves Rufino Lima Membro
 - IV. Luciana Gomes da C. Silva Suplente
 - V. Adriane Morais de Souza Suplente
 - VI. Angélica Cristina Rosa Suplente
 - VII. Fabiana de Souza Nascimento Suplente
- 8. Foi apresentada justificativa "todos os entes e federação passam por dificuldades financeiras tendo em vista a queda da receita, não se confirmando a arrecadação prevista. Assim, nesse cenário, conforme o Decreto 1768/2017, a administração restou compelida a diminuir consideravelmente seus gastos, para se adequar a tal situação ", e com amparo na Lei 8.666/93, Art. nº. 57, inciso III, a Comissão de





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Licitação é favorável e recomenda <u>a elaboração da minuta</u> do 1º Termo de Aditivo de PRAZO ao contrato Administrativo nº 20170198, alterando o PRAZO DE VIGÊNCIA <u>para 13 de Junho de 2017 a 10 de Junho de 2018, permanecendo inalterado o valor.</u>

9. Foi apresentada a Minuta do ° Aditivo de PRAZO ao contrato Administrativo n° 20170198, com as cláusulas do objeto, conforme artigo 8.666/93;

DA ANÁLISE

A possibilidade de prorrogação dos contratos regidos pela Lei 8.666/1993 está assentada em seu art. 57, que assim dispõe:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

Percebe-se que os motivos fáticos apresentados para justificar a dilação de prazo subsomem-se ao inciso III do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, conforme indicado na minuta em exame.

Infere-se, de pronto, que a Lei de Licitações preceitua que a duração dos contratos deve ficar adstrita à vigência dos créditos orçamentários respectivos, ou seja, restrita ao exercício financeiro, a menos que o produto a ser executado esteja previsto nas metas do Plano Plurianual-PPA.

CONCLUSÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPERAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - COM AL

Se por um lado é verdade que a Administração está juridicamente autorizada a promover modificações no contrato com o objetivo de preservar o interesse público, também é verdade que esse poder não é absoluto, encontrando limites axiológicos e jurídicos.

Assim, verifica - se que foram apresentados os elementos que nos parecem pertinentes para a composição da alteração da vigência contratual.

É imperioso ressaltar que as informações acostada aos autos são de inteira responsabilidade e veracidade da Secretaria Municipal de Habitação, que tem competência técnica para tal, o Controle Interno, de acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005 tem a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública Municipal.

Ante o exposto, opinamos pela continuidade do procedimento, tendo em vista que cabe ao setor competente realizar as revisões que se fizerem necessárias durante o processo, visando evitar eventuais equívocos.

É o parecer.

Encaminhem-se os autos a Comissão Permanente de Licitação.

Parauapebas/PA, 22 de Novembro de 2017.

Dhatilane Merlyn Aves Mergulhão Agente de Controle Interno

Decreto nº 050/2017

Cristiano César Souza

Controlador Geral do Município

Dec. nº 005/2017